

Constituição não prevê intervenção militar, diz Fux

Ministro do STF e relator iniciou julgamento que estabelece os limites constitucionais de atuação das Forças Armadas; interessados em golpe militar costumam fazer leitura deturpada do artigo 142 da Carta Magna

EDUARDO GONÇALVES
e-mail: gonzalves@stf.jus.br

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux manifestou ontem que a Constituição não possibilita uma "intervenção militar constitucional", tampouco incentiva uma "ruptura democrática". O voto do magistrado foi proferido durante julgamento de uma ação que questiona os limites de atuação das Forças Armadas e a hierarquia delas em relação aos Poderes. A análise começou ontem em plenário virtual e deve durar até o próximo dia 8.

"Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção de restaurar a ordem, não pode ser considerada legítima, fora da democracia representativa ou mediante qualquer desfasamento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", afirmou Fux, que é relator do caso. "É premente constringer interpretações perigosas, que permitam a deturpação do texto constitucional e de seus pilares e ameacem o Estado Democrático de Direito, sob pe-

Parer. Fux, relator da ação, deu o primeiro voto na sessão virtual



na de incorrer em constitucionalismo abusivo."

Outro ministro, Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, acompanhou o voto do relator. A questão chegou ao Supremo por meio de uma ação apresentada pelo PDT, em 2020, na qual o partido questiona o emprego das Forças Armadas pelo presidente da República, sobretudo com base no artigo 142 da Constituição. O trecho constitucional costuma balizar, a partir de uma leitura equivocada sobre o que representa, anseios intervencionistas.

A discussão ganhou força no país porque o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores passaram a defender a aplicação do dispositivo para pedir intervenção militar. Em vídeo de uma reunião ministerial de 22 de abril de 2020, divulgado após decisão da Corte, o então mandatário diz que "seria preciso fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. Todo mundo quer fazer cumprir o artigo 142 da Constituição".

Na Carta, o artigo 142 diz que "as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituídas para a defesa do país contra o estrangeiro ou contra o outro". Ele repudi-



Militares. Discussão sobre atuação das Forças começou após Bolsonaro e apoadores defenderem intervenção

ções nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

Na visão de Fux, a leitura correta do artigo 142 não permite "qualquer interpretação que admita o emprego das Forças Armadas para a defesa de um Poder contra o outro". Ele repudi-

TERMOS USADOS PARA PEDIDOS DE INTERVENÇÃO

PODER MODOERADOR

Apoiadores de uma intervenção federal costumam usar o termo cunhado do Império, exercida pelo imperador. Na República, militares passaram a achar que assumiram esse papel, mas não há previsão na Constituição.

ARTIGO 142

O trecho constitucional costuma ser deturpado. No voto, Fux ressaltou que a autoridade do presidente da República é "suprema" em relação às autoridades militares, mas que não serve para acioná-las contra a separação e a harmonia entre os Poderes.

GLO

A Garantia da Lei e da Ordem só pode ser empregada na segurança pública e nunca como "intervenção". Assim disse, Fux ressaltou que as Forças devem ser "obedientes" aos Poderes.

ou ainda o "discurso que, a pretexto de interpretar o artigo 142 da Constituição, encoraja uma ruptura democrática".

O magistrado também afirmou que não existe no sistema constitucional brasileiro a função de poder moderador das Forças Armadas, uma vez que a Constituição instituiu o "pétreo princípio da separação dos poderes e seus mecanismos de realização".

Antes de o julgamento ser iniciado pelo plenário virtual, a Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou um parecer em que afirma que as Forças Armadas não exercem poder moderador e não podem ser usadas pelo Executivo contra outros Poderes da República.

INVESTIGAÇÕES DA PF

O caso volta à pauta de julgamento do Supremo Tribunal Federal no momento em que as investigações da Polícia Federal sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado avançam sobre a participação de militares. Em sua delação premiada, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, afirma que a cúpula das Forças Armadas foi chamada ao Palácio da Alvorada para discutir uma minuta que previa a decretação de estado de sítio no país.

PT e ministro confirmam presença em atos sobre 64

A pesar de Lula barrar governo de promover eventos sobre o golpe, partido divulga nota de apoio a manifestações. Marinho estará no ABC

LAURIBERTO POMPEU
e-mail: pompeu@pt.org.br

O PT divulgou nota em que diz que vai apoiar e participar de atos críticos ao golpe militar de 1964. As manifestações estão previstas para acontecer amanhã e em 7 de abril em diversas cidades do país. Já

o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, confirmou presença em um ato contra a ditadura militar que será realizado no 4 de abril no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo Campo (SP).

Asposições de PT e Marinho vão ao contramão de decisão recente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que bar-

rou o governo de promover eventos alusivos à data em que a ditadura foi implantada.

O evento que Marinho participará terá como tema "Democracia Sempre — 60 anos (1964-2024) — Golpe". Além do ministro, está confirmada a participação do escritor Frei Betto, que fez parte da luta contra a ditadura e foi preso

pela repressão. O ato é organizado pela Associação Heinrich Plagge (de trabalhadores perseguidos na ditadura) e pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

A elaboração do documento do PT foi decidida em reunião do Diretório Nacional do partido na quarta-feira, quando foi debatida a participação da sigla nas eleições deste ano. No

texto, o PT diz "que apoiará e participará dos atos e manifestações da sociedade previstos para os dias 31 de março e 1º de abril em diversos pontos do país, além das atividades organizadas por sua fundação, a Fundação Perseu Abramo, sobre o 60º aniversário do Golpe de 64". Como ministro o GLC/OB, Lula deu uma ordem explícita

aos ministros do Planalto que não queria que o governo fizesse nenhum movimento ou evento em memória aos 60 anos do golpe; nem a favor e nem contra. Em entrevista à RedeTV! no final de fevereiro, o presidente disse que não vai "ficar se remoendo" e que vai "tentar tocar esse país para a frente". Na nota, o PT relaciona o golpe militar de 1964 com as investigações envolvendo uma tentativa de golpe para impedir a posse de Lula na Presidência, após o petista ter derrotado o ex-presidente Jair Bolsonaro em 2022.

Datafolha: 63% são contra anistia para golpistas do 8 de Janeiro

Pesquisa mostrou ainda que 65% acham que ataque foi vandalismo

Pesquisa do instituto Datafolha publicada ontem mostra que 63% dos brasileiros são contrários à concessão de anistia para responsáveis pelos ataques do 8 de Janeiro. No entanto, 65% dos entrevistados são a favor

do perdão para réus e condenados pelo caso. Outros 2% se disseram indiferentes, e 4% não opinaram.

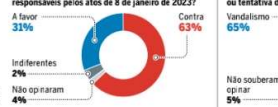
Os dados do Datafolha apontam que 40% dos eleitores que votaram em Bolsonaro no segundo turno são favoráveis à anistia, ante 25% dos que optaram por Lula. Segundo o instituto, 75% dos votantes petistas e 53% dos bolsonaristas rejeitaram o perdão.

A pesquisa mostrou ainda que 65% dos ouvidos consideram os ataques um ato de vandalismo. Para outros 30%, as invasões e depredações foram uma tentativa de golpe. Apenas 5% não souberam opinar.

De acordo com o levantamento, 77% das pessoas que votaram em Jair Bolsonaro acham que o 8 de Janeiro foi um episódio de vandalismo, contra 52% dos que votaram em Lula. Dos eleitores de Lula, 46%

OS NÚMEROS DA PESQUISA

O governo deve conceder anistia para os responsáveis pelos atos de 8 de Janeiro de 2023?



Quem é favorável à anistia?



Quem é contra a anistia?

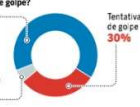


Evangelicos?



© Datafolha/Novo 2.002 pessoas, entre 18 e 70 de idade. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. (LACERDA/ALTA)

Os atos de 8 de Janeiro foram vandalismo ou tentativa de golpe?



Quem considera que foi vandalismo?



Quem considera que foi tentativa de golpe?



Quem considera que foi tentativa de golpe ou ato de vandalismo por preferência partidária?



Carolina Joias
COMPRO JOIAS EM OURO

OURO - JOIAS ANTIGAS - PRATA - BRILHANTES - RELÓGIOS DE OURO
PLATINA - MARFIM - MOIRAS EM GERAL - ANTIGUIDADES - QUADROS
ESCULTURAS - OBRAS DE ARTE - PRATAVITAS
(VENDA, CONSERTO, FABRICAÇÃO DE JOIAS EM GERAL)
BOUTIQUE SÓ PARA MULHERES
COM CREDIBILIDADE HÁ 31 ANOS NO MERCADO
"NÃO VENDA ANTES DE NOS CONSULTAR"
"CURSO ONLINE"
"PAÇO NA RUA"
"ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO"

Shopping Cidade Copacabana - Copacabana
Rua Figueiredo de Magalhães, 388 / Térreo - Loja 82
Shopping Casino Atlântico - Copacabana
Rua Francisco Bolognini, 20 - Térreo - Loja 11 / 117 e 124
carolinajoiasoficial | www.carolinajoias.com.br
98059-7801 | 97946-2930 | 3988-3985 | 2235-8289

acreditam que houve uma tentativa de golpe: 16% dos bolsonaristas concordam.

A conduta do ministro Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre os ataques, é avaliada de forma positiva por 37% dos brasileiros. O índice de desaprovção em relação ao trabalho do ministro é de 33%. Outros 24% consideram que a condução do magistrado no episódio é regular.

Era esperado que o campo bolsonarista fosse mais crítico ao trabalho do ministro: 60% deles consideram o trabalho de Moraes ruim ou péssimo; 14% o aprovam.

Entre os eleitores de Lula, a aprovação é de 62% e a reprovção é de 10%. A avaliação da condução dos trabalhos de forma regular é parelha: 24% entre eleitores de Lula, 21% entre os de Bolsonaro.

Mais de mil pessoas foram presas em decorrência dos atos golpistas de 8 de Janeiro, até o momento, 145 foram condenadas a penas que vão de 3 a 17 anos de prisão. Com a reação institucional, bolsonaristas passaram a aderir e os envolvidos fossem poupados de punição. O próprio ex-presidente defendeu a anistia, em ato na Avenida Paulista, em fevereiro. (Félice Gilani)